

O ENSINO DO 2.º GRAU EM PERNAMBUCO: DEMANDA E ATENDIMENTO

Ednar C. Cavalcanti

Mabel Ann B. de Albuquerque

M.ª Lúcia G. da Silva

Péricles Luiz S. da Silva

Rubem Eduardo da Silva

I — INTRODUÇÃO

A apreciação do ensino de 2.º Grau pode refletir diferentes vertentes, promover o levantamento de questões político-pedagógicas, tanto no que se refere à sua implantação, quanto a seu funcionamento. Há que se perguntar: qual a sua finalidade, quais as razões explícitas e ocultas para a reestruturação e redirecionamento do Ensino Médio, articulados pela Lei 5692/71? Sabe-se que, até o momento atual, quando já alterado pela Lei 7044/82, que retirou a obrigatoriedade do profissionalizante, não chegou a se definir, claramente, a assumir uma identidade própria que favorecesse a promoção da igualdade de aquisição do saber pela clientela, tanto das camadas abastadas, quanto daquelas oriundas das camadas menos favorecidas, sócio-economicamente. É possível até que tenha acentuado, com seu perfil indefinido, as desigualdades sociais, na medida em que os alunos de origem sócio-econômica mais elevada continuam freqüentando as escolas de 2.º Grau de melhor nível de ensino e, os demais, as de inferior qualidade ou até nem a essas tendo acesso. Assim, enquanto os primeiros se tornam aptos para o vestibular, preparando-se, também em alguns casos, para o trabalho, os outros ou não chegam ao 2.º Grau ou, quando o alcançam, não concluem ou, se isto ocorre, saem duplamente despreparados para uma profissão de nível médio e para o ingresso na Universidade.

O objetivo desse estudo, que faz parte de uma pesquisa nacional, é conhecer e descrever, através de um *continuum* histórico, que se estende de 1972 a 1981, as principais transformações ocorridas no ensino de 2.º Grau em Pernambuco, em suas diversas modalidades. Estes dados darão uma visão ampla do mesmo, podendo-se então verificar as alterações quantitativas ocorridas nas redes pública e privada.

Para alcançar tal objetivo, tomou-se o *Universo das Escolas de Pernambuco* buscando-se informações referentes a:

- a. movimento escolar: matrícula inicial e final, evasão, transferência, aprovação-reprovação, conclusão;
- b. composição das turmas;
- c. modalidades de ensino; cursos de 2.º ciclo e habilitações do grau;
- d. corpo docente: número e qualificação;
- e. expansão quantitativa das redes pública e particular.

No que se refere à coleta de dados, esta foi desenvolvida na cidade do Recife, mais especificamente na Secretaria de Educação de Pernambuco (SE-PE), observando-se a seguinte sistemática:

- a. o levantamento foi precedido de um exame geral de todos os documentos oficiais, com estatísticas educacionais do Estado de Pernambuco, que se encontravam disponíveis. Definiu-se, então, a partir daí, que se faria a coleta somente nos documentos existentes na Secretaria de Educação, provenientes de formulários da Fundação IBGE (FIBGE) preenchidos anualmente pela totalidade das Escolas. A razão desta opção deveu-se ao fato de serem estes os únicos documentos que apresentavam dados agregados por município;
- b. uma vez tomada a decisão referida acima, iniciou-se uma análise mais detalhada dos citados documentos. Verificou-se, ao longo dos anos considerados, que a sistemática de coleta elaborada pela FIBGE, bem como o tratamento de algumas variáveis, haviam sofrido modificações e/ou supressões, o que provocou a necessidade de se eliminar do estudo alguns dados anteriormente previstos;
- c. a partir do conhecimento de todos os documentos, a equipe elaborou os instrumentos, as fichas de coleta. Nelas foram armazenadas todas as informações forne-

cidas pelos referidos documentos e que continham as estatísticas escolares dos municípios do Estado de Pernambuco;

- d. procedeu-se à coleta, obedecendo-se à divisão do Estado em cinco macrorregiões. (1) Iniciou-se pela Capital e Região I (Grande Recife), seguindo-se as demais regiões: II (Mata); III (Agreste); IV (Sertão I) e V (Sertão II).

Os dados concernentes ao período de 1970 a 1972 já haviam sido processados pela FIBGE, ou seja, agregados por município, permitindo maior rapidez no trabalho. As informações que diziam respeito aos anos de 1980, 81 e 82 são processadas pela FIBGE, tiveram que ser registradas escola por escola estendendo-se esta atividade por um período bem mais longo do que o previsto, notadamente por causa do número de escolas existentes na capital.

Uma vez concluída a passagem das informações para a ficha de coleta, iniciou-se a crítica aos dados.

Nesta fase, constatou-se, de imediato, a inconsistência interna das informações contidas nas fichas de coleta, o que implicou em voltas sucessivas à SE/PE para se verificar se os "erros" decorriam de falhas na transcrição das informações para essa ficha ou resultavam de "deficiências" contidas nos próprios documentos oficiais. Tal verificação revelou-se extremamente demorada, pois, uma vez constatada que a origem de grande parte dos "erros" era dos documentos oficiais (o que demonstra a precariedade das estatísticas oficiais), buscou-se, para minimizá-los, compatibilizar tais informações com outras, contidas em diversos outros documentos, dispersos pelas várias diretorias da SE-PE.

Terminadas estas atividades, foi iniciada a elaboração da ficha-síntese, utilizada no processo de computação, contendo registro de todos os dados relativos às diversas variáveis.

Após reunião realizada em Brasília entre os coordenadores do projeto nacional, ficou estabelecido que não mais seria trabalhado todo o período inicialmente previsto. Do material coletado, no momento, deveriam ser analisados apenas três anos, considerados como referenciais para compreensão do 2º grau, uma vez que representam o início de implantação da Lei 5692/71 (1972), o momento supostamente de sua consolidação (1976) e o fim da vigência da referida Lei (1981).

Após novos estudos dos dados, verificou-se que, além de reduzir a análise aos três anos acima mencionados, por

questões práticas, dever-se-iam trabalhar apenas, no primeiro momento, variáveis que possibilitassem a análise do movimento escolar. Definido isto, elaborou-se nova ficha-síntese que substituiu a anterior.

2.1. Os dados analisados são os seguintes:

- 2.1.1. população escolarizável de 15 a 19 anos, matrícula e taxa de atendimento escolar nas redes pública e particular do Estado nos anos de 1972, 1976 e 1981;
- 2.1.2. matrícula nas redes pública e particular do Estado na década 1972/1981;
- 2.1.3. crescimento das matrículas, por série, das redes pública e particular do Estado na década 1972/1981;
- 2.1.4. taxa de evasão, por série, nas redes pública e particular do Estado na década — 1972/1981;
- 2.1.5. crescimento das evasões, por série, nas redes pública e particular do Estado na década — 1972/1981;
- 2.1.6. taxa de reprovação, por série, nas redes pública e particular do Estado na década — 1972/1981;
- 2.1.7. crescimento das reprovações, por série, nas redes pública e particular do Estado na década — 1972/1981;
- 2.1.8. distribuição das unidades escolares nas redes pública e particular do Estado na década — 1972/1981;
- 2.1.9. distribuição das unidades escolares nas redes pública e particular na década — 1972/1981: Recife e Área Metropolitana;
- 2.1.10. distribuição das unidades escolares nas redes pública e particular na década — 1972/1981: Zona da Mata;

2.1.11. distribuição das unidades escolares nas redes pública e particular — 1972/1981: Zona do Agreste;

2.1.12. distribuição das unidades escolares nas redes pública e particular — 1972/1981: Zona do Sertão.

2. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Embutida na reformulação do ensino médio proposto pela Lei 5692/71 estava a questão da democratização do ensino, isto é, uma igualdade de oportunidades educacionais que todo jovem, das diferentes classes sociais, tenha acesso à Escola do 2.º Grau, onde se desenvolvesse um ensino de boa qualidade, nela se mantendo até a conclusão do curso. Encontra-se igualmente embutido o reconhecimento de que a Escola não se dissocia da sociedade, mas está atrelada tanto à estrutura social quanto à econômica. No entanto, apesar disto, tal nível de ensino, ao longo da efetivação da referida Lei, permaneceu como uma prática exacerbadora das desigualdades na medida em que continuou representando um privilégio para as pessoas que a ele conseguem ascender. A qualidade do saber articulado na Escola de 2.º Grau reflete também aquelas desigualdades.

Além de reconhecer a situação referida, cabe salientar que a sociedade não vem assistindo a isto passivamente. Na medida em que seus representantes, economicamente desfavorecidos, entenderam ser a escolarização um meio de ascender sócio-economicamente, houve uma pressão no sentido de a ela ter direito.

A avaliação do que tal pressão representou implica pôr em relevo diferentes aspectos. Tomando-se, então, como referência o período desde a implantação da Lei 5692/71 até um momento imediatamente anterior à efetivação da Lei 7044/82, sobrando então a década de 1972 a 1981, constata-se que, em relação à população escolarizável de 15 a 19 anos, a taxa de atendimento ficou em níveis limitados. Para um total em 1972 de 591.763 jovens, o atendimento nas redes pública e particular foi de 59.035, representando uma taxa de atendimento de 10%. Em 1981, para um total de 723.125 jovens, o atendimento nas duas redes foi de 134.037, representando uma taxa de 18,5%. Quando se considera, separadamente, a rede pública da particular, entre 1972-1981, verifica-se que a primeira aumentou o atendimento em mais de 150%, enquanto a segunda em um pouco mais de 80% (Tabelas 1 e 2).

TABELA 1

PERNAMBUCO — ENSINO DE 2.º GRAU
População Escolarizável de 15 a 19 anos, Matrícula e Taxa de Atendimento Escolar
nas Redes Pública e Particular do Estado na década — 1972/1981

A N O	População Escolarizável (15-19 anos)	MATRÍCULA (N)			TAXA DE ATENDIMENTO (%)		
		Rede Pública	Rede Particular	Total	Rede Pública	Rede Particular	Total
1972	591.763	29.438	29.597	59.035	5,0	5,0	10,0
1976	646.909	46.808	50.551	97.359	7,2	7,8	15,5
1981	723.125	78.512	55.525	134.037	10,8	7,7	18,5

TABELA 2

PERNAMBUCO — ENSINO DE 2.º GRAU
Matriculas nas Redes Pública e Particular do Estado na década — 1972/1981

A N O	Dependência Administrativa	REDE FEDERAL		PÚBLICA ESTADUAL				SUBTOTAL		REDE PARTICULAR		TOTAL	
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1972		3.669	6,2	20.381	34,5	5.388	9,1	29.438	49,8	29.597	50,1	59.035	100,0
1976		2.889	2,9	35.750	36,7	8.169	8,3	46.808	48,0	50.551	51,9	97.359	100,0
1981		5.723	4,2	55.282	41,2	17.507	13,0	78.512	58,5	55.525	41,4	134.037	100,0

TABELA 3

PERNAMBUCO — ENSINO DE 2.º GRAU
Crescimento das matrículas, por série, nas Redes Pública e Particular do Estado
na década — 1972/1981

Série	Dependência Administrativa	A N O	1972	REDE PÚBLICA	1981	PÚBLICA	1972	1981	REDE PARTICULAR	1972	1981	Taxa de Crescimento na Década TOTAL
			N	N	N	N	N	N	N	N	N	
1a.			11.655	38.216	227,9	11.045	19.182	73,7	22.700	57.393	152,8	
2a.			10.769	24.105	123,8	9.342	18.562	98,7	20.111	42.667	112,1	
3a.			6.734	15.023	122,1	8.816	17.212	95,2	15.580	32.235	106,9	
4a.			250	1.168	367,2	394	569	44,4	644	1.737	169,7	
TOTAL			29.438	78.512	166,7	29.597	55.525	87,6	59.035	134.037	127,0	

Observa-se, também, um crescimento da matrícula de modo bem acentuado na rede pública (227,9%) em relação à rede privada (73,7%) na 1.ª série, repetindo-se a defasagem entre as duas redes na 4.ª série. Cabe ressaltar que este último percentual perde seu significado, quando se considera que os cursos que se estendem até à 4.ª série só funcionam na rede pública (Tabela 3).

Para se compreender melhor a questão do crescimento de atendimento, há que se considerar o aumento de ofertas de unidades escolares. Tal oferta, na década em apreço, foi acentuadamente maior na rede pública, cuja taxa foi de 210,00%, enquanto na particular, no mesmo período, ocorreu um discreto aumento, com uma taxa de 15,88% (Tabela 4).

Quando se considera não o Estado como um todo, mas em suas cinco macrorregiões, a situação apresenta contornos que podem estar expressando causas não necessariamente pedagógicas. O referencial para a divisão do Estado por essas macrorregiões foi, para MELO, (1), a sustentação econômica, em torno de que atividade produtiva gira sua população.

A Região I compreende a Região Metropolitana do Recife, cujo pessoal economicamente ativo tem como ocupação a indústria de transformação, a atividade terciária e, em proporção reduzida, o cultivo da cana-de-açúcar. Aqui o aumento das unidades escolares na rede pública foi acentuado (taxa de 196,06%) naquele período, quando comparado ao crescimento na rede particular (taxa de 27,05%). (Tabela 5).

A Região II corresponde à Zona da Mata, porção sublitorânea de Pernambuco, que abrange as microrregiões Mata Seca e Mata Úmida, cuja atividade econômica predominante é a cultura e industrialização da cana-de-açúcar. Encontra-se, ainda, uma pequena parte da população ocupada com a agro-

TABELA 4

CRESCIMENTO DAS UNIDADES ESCOLARES — PERNAMBUCO
DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

A N O	REDE PÚBLICA	REDE PARTICULAR	T O T A L
1972	80	170	250
1981	248	197	445
Taxa de Cresc. (%)	210,00	15,88	78,00

pecuária, a indústria de transformação e com atividade terciária. Nesta região houve um crescimento na oferta da rede pública (taxa de 370,0%) e decréscimo na rede particular (taxa de -3,44%), entre 1972 e 1981 (Tabela 6).

TABELA 5

CRESCIMENTO DAS UNIDADES ESCOLARES — Área Metropolitana
DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

A N O	REDE PÚBLICA	REDE PARTICULAR	T O T A L
1972	33	85	118
1981	68	108	176
Taxa de Cresc. (%)	106,6	27,05	49,15

TABELA 6

CRESCIMENTO DAS UNIDADES ESCOLARES — MATA
DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

A N O	REDE PÚBLICA	REDE PARTICULAR	T O T A L
1972	10	29	39
1981	47	28	75
Taxa de Cresc. (%)	370,00	-3,44	92,50

A Região III abrange o Agreste, onde mais da metade de sua população se ocupa com a agropecuária, uma pequena parte na indústria de transformação e outra nas atividades terciárias. Apresenta como traços marcantes a função de abastecedor de produtos alimentícios e de mão-de-obra através das migrações sazonais, em especial para as zonas canavieiras. A situação em estudo nesta região é similar à região da Mata (Tabela 7).

A Região IV, parte do Sertão, formada pelas microrregiões do Alto Pajeú e de Salgueiro. A economia predominante é a pecuária e a cotonicultura, conquanto, associadas a esta última, surjam outras culturas, sobretudo alimentares, como milho e feijão. Com uma representação inexpressiva há pessoas na indústria extrativa e de transformação e nas atividades terciárias.

TABELA 7

CRESCIMENTO DAS UNIDADES ESCOLARES — AGRESTE
DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

A N O	REDE PÚBLICA	REDE PARTICULAR	T O T A L
1972	21	40	61
1981	49	42	126
Taxa de Cresc. (%)	300,00	5,00	106,55

A Região V é formada pelo restante dos municípios sertanejos. Nela há uma diversificação maior de culturas, sem predomínio da cotonicultura como na Região anterior. É considerada área agropastoril. Há pessoas ocupadas também com a indústria extrativa e de transformação e com as atividades terciárias.

O quadro indica acentuado crescimento na oferta de unidades escolares, mais notadamente na rede pública, no Sertão como um todo (Regiões IV e V). Na Região IV a rede pública apresentou uma taxa de aumento de 155,55%, enquanto que para a particular não houve alteração. Na Região V, as unidades da rede pública cresceram em 116,66% enquanto as da rede particular tiveram um discreto crescimento de 33,33% (Tabelas 8 e 9).

TABELA 8

CRESCIMENTO DAS UNIDADES ESCOLARES — SERTÃO I
DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

A N O	REDE PÚBLICA	REDE PARTICULAR	T O T A L
1972	9	7	16
1981	23	7	30
Taxa de Cresc. (%)	155,55	0	87,5

A análise preliminar desses dados pode sugerir uma tendência, em Pernambuco, a uma democratização do Ensino de 2.º Grau. No entanto, a complexidade do problema estimula a uma ampliação da discussão.

TABELA 9

CRESCIMENTO DAS UNIDADES ESCOLARES — SERTÃO II
DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

A N O	REDE PÚBLICA	REDE PARTICULAR	T O T A L
1972	12	9	21
1981	26	12	38
Taxa de Cresc. (%)	116,66	33,33	80,95

O aumento da taxa de atendimento é uma das facetas a ser considerada nesta discussão; ele não está isolado nem do quantitativo real de atendimento nem do índice de permanência.

O aumento da taxa de atendimento entre 1972 (10%) e 1981 (18,5%), já muito limitado, perde sua expressão quando se leva em conta que essa taxa corresponde à clientela matriculada no 2.º Grau, sem que, necessariamente, seja ela, toda, representativa da faixa etária já referida. Apesar de ser indicada a permanência dos jovens na Escola de 2.º Grau, entre 15 e 19 anos, em nossa realidade há um razoável contingente de pessoas fora dessa idade, chegando até acima de 22 anos, sobretudo nos cursos noturnos das escolas públicas e particulares da periferia.

Convém lembrar, ainda, que a maior oferta de unidades escolares nem sempre significou a criação de novos espaços para o Ensino de 2.º Grau. Em muitos casos, houve um aproveitamento das Escolas de 1.º Grau já existentes e em funcionamento. O que se tenta criticar, aqui, não é o aproveitamento do espaço ocioso dos prédios dos cursos de 1.º Grau. Caberia bem perguntar o "porquê" de sua ociosidade, se estivesse em questão, neste trabalho, tal nível de ensino. Mas, em relação ao aproveitamento para o 2.º Grau levantam-se questionamentos em relação à sua adequação ao caráter propedêutico foi adicionado o caráter profissionalizante ao objetivo do 2.º Grau, pela Lei 5692/71, pode-se questionar se a qualidade não estaria prejudicada com a utilização de instalações que não poderiam corresponder à complexidade de tal formação.

Na medida em que se leva em conta a taxa de crescimento das evasões, no mesmo período, reduz-se em muito a importância do aumento da taxa de matrícula. Na 1.ª série 752,8% dos matriculados se evadiram e na 4.ª série, 1.081,3%

TABELA 10

PERNAMBUCO — ENSINO DE 2.º GRAU
Crescimento das evasões, por série, nas Redes Pública e Particular do Estado
na década — 1972/1981

Dependência Administrativa	REDE PÚBLICA			REDE PARTICULAR			TOTAL		
	A N O	1972	1981	Cresc. na década	1972	1981	Cresc. na década	1972	1981
S É R I E	N	N	%	N	N	%	N	N	%
1a.	995	8485	752,8	1060	2363	122,9	2055	10848	427,9
2a.	571	4454	680,0	567	1902	235,4	1138	6356	458,5
3a.	262	1677	540,1	435	1150	164,4	697	2827	305,6
4a.	16	189	1.081,3	14	7	-50,0	30	196	553,3
TOTAL	1844	4805	702,9	2076	5422	161,2	3920	20227	416,0

TABELA 11

PERNAMBUCO — ENSINO DE 2.º GRAU
Crescimento das reprovações, por série, nas Redes Pública e Particular do Estado
na década — 1972/1981

Dependência Administrativa	REDE PÚBLICA			REDE PARTICULAR			TOTAL		
	A N O	1972	1981	Cresc. na década	1972	1981	Cresc. na década	1981	Cresc. na década
S É R I E	N	N	%	N	N	%	N	N	%
1a.	2.793	8.581	207,23	377	1.824	383,81	3.170	10.405	228,23
2a.	2.608	3.832	26,67	143	1.326	827,27	2.751	4.708	71,13
3a.	276	834	202,17	103	687	566,99	379	1.521	301,31
4a.	5	108	2060,00	0	65	6500,00	5	173	3360,00
TOTAL	5.682	12.905	127,12	623	3.902	526,32	6.305	16.807	166,56

igualmente, das escolas públicas. Os índices mais baixos na rede particular incidiram sobre a 1.^a (122,9%) e 4.^a séries (-50,0%) (Tabela 10).

Em relação ao crescimento das reprovações observa-se, na rede pública, uma acentuação (207,23%) na 1.^a série que se repete, em grau bem mais elevado (2.060,00%) na 4.^a série. Na rede particular tal índice vai gradativamente se acentuando a partir da 1.^a série (Tabela 11).

Diante do exposto, deve-se retomar o questionamento. Pode-se falar em democratização do Ensino quando a maioria da população escolarizável se encontra fora da Escola de 2.^o Grau e a que a ela tem acesso não permanece?

BIBLIOGRAFIA

- BRASIL, MEC. *O que é o Ensino de 2.^o Grau*, Brasília, DEM, 1978.
- CUNHA, Luiz Antônio et alii *Escola Pública, Escola Particular e a democratização do ensino*, SP, Cortez, 1985.
- CURY, Carlos R.J. et alii. *A Profissionalização do Ensino na Lei n.º 5692/71*. Brasília, INEP, 1982.
- FRANCO, Luiz A. de C. *A Escola do Trabalho e o Trabalho da Escola*. SP, Cortez, 1987.
- KUENZER, Acácia Z. *Pedagogia da Fábrica. As Relações de Produção e a Educação do Trabalhador*. SP, Cortez, 1985.
- MELLO, Guiomar N. et alii. *Educação e Transição Democrática*. SP, Cortez, 1986.
- OLIVEIRA, Betty A & DUARTE, Newton. *Socialização do saber escolar*. SP, Cortez, 1985.
- SAVIANI, Dermeval. *Escola e Democracia*. SP, Cortez, 1984.